



WWP WORLD
WITHOUT
POVERTY

MUNDO SEM POBREZA
INICIATIVA BRASILEIRA DE APRENDIZAGEM



Série WWP Relatos de Inclusão Produtiva

ECONOMIA SOLIDÁRIA
VITÓRIA – ES

Série WWP Relatos de Inclusão Produtiva¹

Economia Solidária

Vitória – ES²

1. INTRODUÇÃO

A experiência a ser relatada inclui práticas de desenvolvimento local e inclusão produtiva no denominado Território do Bem a partir da atuação da organização não governamental Ateliê de Ideias.

O Território do Bem compreende oito comunidades, entre morros e pés de morro, localizadas na periferia urbana de Vitória, capital do estado do Espírito Santo (ES). As comunidades integrantes do território são: Bonfim, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Bairro da Penha, Floresta e Consolação.

Entre os diversos temas de destaque na atuação do Ateliê de Ideias em Vitória, aquele que mais fortemente dialoga com o objeto do estudo das práticas de inclusão produtiva é a experiência do Banco Bem, banco comunitário que oferece serviços financeiros e assistência técnica aos moradores pobres do território.

Com o desenvolvimento das ações ao longo dos anos, um verdadeiro aparato tecnológico social foi erguido no Território do Bem. Em 2015, o território contabilizava em seu patrimônio um Fórum de Desenvolvimento Comunitário, o Fórum do Bem Maior, uma moeda social, o Bem, e um banco comunitário, o Banco Bem.

Para o Ateliê, tal história revela um caminho de desafios, aprendizados, possibilidades e avanços diante da perspectiva de promover a inclusão socioeconômica da população pobre residente no território por meio de modelos alternativos pautados pela economia solidária.

1 A série WWP Relatos de Inclusão Produtiva descreve o processo de planejamento e implementação de ações de inclusão produtiva urbana e rural conduzidas por governos estaduais e municipais brasileiros. No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011 para superar a extrema pobreza no país, o governo entende inclusão produtiva como o aumento das capacidades e das oportunidades de trabalho e renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

2 Este texto foi elaborado a partir de visita técnica realizada em abril de 2015 pela consultora de inclusão produtiva do WWP Andrea Perotti.

Em síntese, a “economia do bem” representa a combinação de diversas estratégias e instrumentos institucionais e comunitários voltados ao desenvolvimento da economia local por meio do fortalecimento dos empreendedores e comerciantes do território, da formação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda para a comunidade.

Os temas de destaque deste relato são:

- O Banco Bem e a importância do crédito acessível para os processos de inclusão produtiva e fortalecimento da economia local.
- A combinação entre diversas linhas de créditos com o enfoque no desenvolvimento da economia local.
- A implantação de centrais de compras e a assessoria em processos de comunicação como estratégias de fortalecimento da economia local.

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

- **Período de implantação:** Desde 2003.
- **Local de implantação:** Vitória, capital do estado do Espírito Santo, localizada no litoral do sudeste brasileiro. Em 2010, a população total do município era de 327.801 habitantes. Cerca de

³ Programa de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com condicionalidades nas áreas de saúde e educação.

1,5% da população municipal vivia em situação de extrema pobreza, sendo 100% residentes na região urbana. Em maio de 2015, 10,86% da população local era beneficiária do programa de transferência de renda Bolsa Família³.

- **Principais atores envolvidos:**
- Ateliê de Ideias / Banco Bem;

Ainda que os indicadores revelem elevado grau de desenvolvimento socioeconômico do município e coloquem Vitória em posições de destaque, na frente de outros municípios do Brasil, a apropriação das riquezas e oportunidades geradas não se dá de forma igualitária entre os diversos segmentos da população.

Como ocorre em muitas cidades, as diferenças de acesso aos bens e serviços se evidenciam na distribuição desigual do solo urbano, na concentração da população mais pobre nas periferias, na inadequação das moradias, na precariedade do acesso aos serviços públicos essenciais e de infraestrutura e também na qualidade do emprego.

Nessa realidade se insere o Território do Bem, localizado na região pobre e periférica de Vitória, formado por oito comunidades. Lá viviam cerca de 31 mil habitantes em 5.276 residências, de acordo com pesquisa realizada pelo Ateliê de Ideias em 2015.

O fato de estar localizado em área de morros agrega ao contexto de pobreza urbana impli-

cações político-geográficas que determinam o modo como o território dialoga com a cidade como um todo, inclusive sob o ponto de vista econômico.

A predominância de ruas estreitas e íngremes e de escadarias como meio de acesso a vias secundárias oferece aos moradores dificuldades cotidianas de mobilidade e deslocamento. A população local termina por buscar alternativas de produtos e serviços na própria comunidade, criando oportunidades para que uma rede de pequenos negócios se estabeleça.

É no sentido do fortalecimento da economia local que o Ateliê de Ideias iniciou a sua atuação no território em 2003, promovendo oportunidades de inclusão produtiva da população pobre e apoiando empreendimentos locais.

Além da base político-institucional e metodológica, o Ateliê de Ideias possuía estruturas físicas e técnicas instaladas no território, com uma sede instalada no próprio território e equipes distribuídas nos diversos núcleos e atividades da organização.

Em 2015, o Ateliê de Ideias organizava a sua atuação a partir de quatro núcleos temáticos: Finanças Solidárias, Habitacional, Desenvolvimento Comunitário e Difusão de Tecnologias Sociais.

A entidade era membro integrante de fóruns e redes estaduais e nacionais, tais como os

Fóruns Estadual e Brasileiro de Economia Solidária, além de ser cofundadora da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Tinha também uma forte atuação política local por meio da participação em diversos conselhos setoriais em Vitória, como os Conselhos Territoriais de Saúde, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, Comissão de Obras do Projeto Terra, programa municipal de urbanização dos morros, entre outros.

Criado em 2005, uma das principais atuações do Banco de Desenvolvimento Comunitário (Banco Bem) é prestar apoio a empreendedores e comerciantes locais. Essa experiência destacou e atribuiu ao Ateliê de Ideias uma posição de referência local e nacional nos debates e espaços institucionais que tratam dos temas economia solidária, finanças solidárias e bancos comunitários.

Em 2015, o Banco Bem estava instalado em imóvel próprio no Morro de São Benedito. Para o desenvolvimento de suas ações, mantinha interface com atividades dos demais núcleos temáticos da instituição, inclusive aquelas respectivas aos serviços de assistência técnica. Naquele ano, o banco mantinha linhas de crédito habitacionais, produtivas e de consumo.

A partir da experiência do Banco Bem, o Ateliê de Ideias passou a receber apoio financeiro

da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) para o assessoramento à implementação de outros 33 bancos comunitários em diversas localidades do Brasil, dentre os quais os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o próprio Espírito Santo.

Para o desenvolvimento das ações, a instituição contava também com parcerias com o poder público municipal e estadual e com organizações como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)⁴, a Fundação Petrobrás⁵ e o Instituto Oi Futuro⁶.

3. DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A experiência do Ateliê de Ideias no Território do Bem se estabeleceu a partir de 2003 mediante um processo de economia solidária clássica, baseada na incubação de empreendimentos coletivos, assumido na época pela organização

como uma estratégia de promoção da inclusão produtiva de famílias e indivíduos pobres.

Com apoio de organizações que já atuavam no Morro de São Benedito, moradores da comunidade interessados em alternativas de trabalho e renda foram mobilizados e engajados em projetos de unidades produtivas coletivas.

O primeiro empreendimento dedicava-se a atividades de moda e confecção. Posteriormente, outros empreendimentos foram implantados: culinária, marcenaria, produtos de limpeza, decoração e tijolos ecológicos. Ao todo, seis empreendimentos chegaram a ser formados e apoiados.

A formalização do Ateliê de Ideias enquanto organização não governamental (ONG) deu-se já em 2003, como solução encontrada para reunir o conjunto de unidades produtivas em um mesmo cadastro nacional a fim de viabilizar os processos de comercialização.

4 O SEBRAE contribui com atividades de formação voltadas aos temas de empreendedorismo, gestão de pequenos negócios e formalização de microempreendimentos.

5 A Petrobrás é uma sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Dentre os seus valores, constam: desenvolvimento sustentável e empreendedorismo e inovação.

6 O Oi Futuro é o instituto de responsabilidade social da companhia de comunicação Oi. A sua missão é desenvolver, apoiar e reconhecer ações educacionais e culturais que promovam o desenvolvimento humano, utilizando tecnologia de comunicação e informação.

SAIBA MAIS

Nesse tempo, 80 pessoas da comunidade participavam dos empreendimentos e tomavam parte na constituição formal da ONG, o que valida a afirmação de que o Ateliê de Ideias é uma instituição comunitária.

Com o desdobramento das ações do Ateliê de Ideias na região, um conjunto de tecnologias sociais foi desenvolvido no Território do Bem, que contabilizava em 2015 um Fórum de Desenvolvimento Comunitário, o Fórum do Bem Maior, uma moeda social, o Bem, e um banco comunitário, o Banco Bem.

Os empreendimentos produtivos que permaneceram em atividade foram reestruturados e transformados em microempresas vinculadas ao Ateliê de Ideias sob o conceito de negócio social e oficinas-escola, denominados Bem Arte Moda (Confecção), Bem Nutrir (Culinária), Bem Simples (Marcenaria) e Bem Morar (Tijolos Ecológicos).

Como negócio social, os empreendimentos comercializavam serviços e produtos para a sociedade como um todo, difundindo o conceito de comércio justo e consumo consciente. Os resultados eram destinados à geração de receita para a sustentação dos próprios empreendimentos e para a remuneração justa das pessoas envolvidas.

Como oficinas-escola, eram promovidas atividades de formação profissional para famílias e indivíduos da comunidade na perspectiva de sua incorporação nas atividades produtivas e comerciais, seja como trabalhadores, seja como fornecedores dos negócios sociais.

O Banco Bem nasceu da prática informal de empréstimos realizados pelas mulheres do

então grupo de moda para outros grupos produtivos. O início oficial de suas atividades em 2005 revelou grandes desafios.

Contando apenas com o entusiasmo das envolvidas, todo o valor inicial disponível para crédito (R\$ 9 mil reais) foi emprestado em apenas uma semana. Sucederam-se doações da Prefeitura de Vitória, inclusive com aportes significativos a fundo perdido, exigindo urgência na profissionalização e na institucionalização dos processos de crédito com vistas a resguardar o patrimônio do banco, assegurar sua sustentabilidade e também prestar contas aos doadores.

Com o recurso doado pela prefeitura, foi contratada uma pequena equipe para o banco. Por meio de parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), foi realizado o planejamento estratégico do Banco. A partir daí, foram elaboradas e estabelecidas as políticas, os critérios, os instrumentos e sistemas de controle.

Vale destacar que o processo de desenvolvimento do Banco Bem em Vitória se deu concomitantemente ao amadurecimento do debate sobre os bancos comunitários e finanças solidárias em nível nacional.

Em 2006, já com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), ao lado do Banco Palmas de Fortaleza, o Banco Bem

articulou e realizou o primeiro encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Progressivamente, o Banco Bem foi se consolidando enquanto instrumento de desenvolvimento comunitário e de enfrentamento à pobreza urbana. Suas políticas e linhas de crédito foram se estruturando e sua atuação no território foi se expandindo do Morro de São Benedito para comunidades vizinhas. Inicialmente foi disponibilizado crédito produtivo e de consumo. Em seguida, passou a ser também ofertado crédito habitacional.

Em 2015, o Banco Bem estruturava-se nos seguintes núcleos institucionais:

- Finanças Solidárias;
- Habitacional;
- Desenvolvimento Comunitário;
- Difusão de Tecnologias Sociais.

O Núcleo de Finanças Solidárias era a instância responsável pela gestão político-institucional e pelo suporte operacional do Banco Bem. Ligada a ele estavam a diretoria do Banco Bem e a equipe de articuladores técnicos do banco comunitário. Estava sob seu comando a gestão financeira, das políticas de crédito e dos sistemas de controle utilizados pelo banco.

A equipe de articuladores técnicos do banco era responsável pelo atendimento ao público nas instalações do banco, pela orientação e esclarecimento dos serviços e produtos oferecidos, assim como pela recepção e organização da demanda, que incluía a gestão das listas de espera por disponibilidade de recursos para crédito. Também pertencia ao seu rol de atribuições:

- Realizar a análise de crédito da família requerente e submeter a demanda e o resultado da análise ao Comitê de Crédito para aprovação ou reprovação. Com o crédito aprovado, elaborar contratos e liberar o recurso.
- Atuar no monitoramento da aplicação dos recursos conforme o objeto contratado.
- Acompanhar processos de restituição e negociar acordos em situações de inadimplência.
- Apresentar, divulgar e articular na comunidade serviços de crédito, assistência técnica e processos educativos.
- Estimular e promover a participação dos usuários do banco em atividades de formação com temas relacionados ao empreendedorismo, à gestão de negócios e a processos de formalização de microempreendimentos.
- A fim de apoiar a implantação de novos bancos comunitários de desenvolvimento, receber equipes de outros bancos para capacitação em regime de imersão nas atividades do banco.

O Comitê de Crédito era a instância onde os créditos solicitados eram analisados e aprovados. Integravam o comitê a diretoria e os articuladores técnicos do Banco Bem, os agentes de desenvolvimento comunitário e representantes do Fórum Bem Maior.

O Fórum Bem Maior, por sua vez, exercia o controle social sobre as atividades do Banco Bem. Deliberava sobre recursos disponíveis para crédito e acompanhava os créditos concedidos. Além dos temas relacionados ao banco, o Fórum constituía espaço de articulação, organização e mobilização do Território do Bem, no qual os problemas e soluções para os problemas das comunidades eram debatidos.

O Núcleo Habitacional prestava assessoria técnica de construção civil aos usuários do crédito habitacional e coordenava o negócio social Bem Morar, fábrica de tijolos ecológicos. As ações envolviam diagnóstico da moradia, elaboração de projeto da obra e orçamento, além de orientações técnicas sobre a intervenção mais adequada e os materiais mais apropriados e acessíveis para a construção, reforma ou melhoria demandada.

O Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, sobretudo por meio da equipe de agentes de desenvolvimento comunitário, promovia, com as comunidades e famílias do território, a divulgação, a orientação e a articulação entre os diversos serviços da instituição. Além

disso, o núcleo realizava as seguintes atividades:

- Como membro do Comitê de Crédito, acompanhava processos de solicitação e aprovação de crédito, bem como de assistência técnica.
- Estimulava os moradores e empreendedores locais a usar a moeda social e fazia a intermediação de serviços de assistência técnica produtiva.
- Coordenava as Centrais de Compras em duas comunidades (Morro de Santo Benedito e Morro de Jaburu).
- Mantinha uma forte atuação política local com representação institucional em reuniões comunitárias e em outros espaços.
- Mantinha parceria com organizações de base local e comunitária, como associações de moradores.
- Incentivava a participação de lideranças formais e informais nos processos coletivos.
- Atuava na mobilização de moradores, empreendedores e demais atores sociais para participação nas iniciativas de organização social.
- Articulava segmentos da sociedade para engajamento nas causas do território, promovia campanhas/mutirões e fazia a mediação entre as demandas das comunidades e os órgãos e políticas públicas.

O Núcleo de Difusão de Tecnologias Sociais era a instância de gestão do projeto que, mediante o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e

Emprego (SENAES/MTE), assessorava a estruturação de 33 bancos comunitários no Brasil. Coordenava processos de comunicação e iniciativas de replicação das diversas experiências e tecnologias sociais implantadas no território. Era também responsável pelo suporte e articulação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

SAIBA MAIS

A comunicação estava inserida entre as estratégias de fortalecimento da economia local e era destaque nos processos de assistência técnica aos empreendedores do território. A assessoria na elaboração de planos de comunicação, projetos de layout, fachada e logomarca era um serviço ofertado aos empreendedores.

Ilustrativamente, foi desenvolvida uma logomarca para as centrais de compras. A imagem que as representava era uma “vaquinha”. Os comerciantes receberam apoio para a aquisição de placas para a fachada de seus negócios. As placas traziam a marca da “vaquinha” indicando que ali o morador encontraria preços menores.

O assessoramento técnico para comunicação era realizado pelo Ateliê de Ideias junto com a Varal Agência de Comunicação, agência cuja criação e atuação estava vinculada à instituição sob o enfoque de negócio social. Prestava, ainda, serviços de comunicação remunerados como estratégia de retroalimentação de suas atividades.

7 A CAIXA é uma empresa pública federal que investe em setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços.

No contexto do fortalecimento da economia local, os próprios empreendedores apoiados desempenharam um papel fundamental para o êxito das iniciativas desenvolvidas no território. A implementação da moeda social só foi possível mediante a ampla adesão dos comerciantes locais à proposta.

Da mesma forma, a constituição das centrais de compras enquanto meio de organização e de expansão do potencial competitivo do pequeno empreendimento local em relação às grandes redes de produtos e serviços da cidade somente se concretizou mediante o pleno engajamento dos comerciantes locais.

Fazia parte também do complexo de iniciativas no Território do Bem o banco público Caixa Econômica Federal (CAIXA⁷, tendo o Banco Bem como seu correspondente, promovendo à comunidade do território o acesso ao sistema e a serviços bancários essenciais.

Como já relatado antes, o poder público municipal teve uma participação determinante para a história do Banco Bem: foi a Prefeitura de Vitória que, com aportes de recursos a fundo perdido, viabilizou a constituição do capital inicial do Banco Bem. Em 2006 foram aportados R\$ 30 mil, e em 2007, mais R\$ 100 mil. O governo do estado do Espírito Santo também teve uma contribuição importante: em 2015, uma linha de crédito produtivo do governo estadual era operada no território por meio do Banco Bem, reconhecendo e valorizando a atuação da iniciativa na região.

SAIBA MAIS

Em 2015, o Banco Bem operava um programa de crédito produtivo do governo do estado chamado CREDITAR. Todo o processo de análise e aprovação era realizado pela equipe do banco comunitário a partir de sua metodologia de trabalho, enquanto a liberação do crédito se dava pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES). Eram créditos baixos, de até mil reais. Até aquele ano, 66 empreendimentos haviam sido apoiados por essa linha de crédito.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) foi também um ator engajado nas iniciativas do Ateliê de Ideias. Sua participação nos processos do Território se iniciou em 2007, com o apoio na elaboração do Plano Estratégico do Banco Bem. Esse processo de planejamento deflagrou a estruturação das políticas, sistemas e procedimentos do banco.

Outras fundações, institutos e corporações apoiaram as iniciativas no Território do Bem. Em 2005, a companhia produtora de aço ArcelorMittal financiou os primeiros diálogos entre o Ateliê de Ideias e o Banco de Desenvolvimento Comunitário Palmas, de Fortaleza. Desse di-

álogo foi gerado o Banco Bem. Em 2015, o Ateliê de Ideias contava com apoio financeiro da Fundação Petrobrás e do Instituto Oi Futuro.

Por fim, vale registrar o envolvimento das organizações locais de base comunitária. As associações de bairro e conselhos de moradores das comunidades que formam o Território do Bem tiveram uma influente participação nos processos de mobilização de moradores e de divulgação dos serviços e produtos oferecidos no território.

4. DESAFIOS ENFRENTADOS: O PLANO BEM MAIOR

Os processos de estruturação do Banco Bem, seja sob os aspectos operacionais ou de gestão, trouxeram consigo o desafio de ampliar a compreensão sobre os territórios, as realidades das comunidades, suas expectativas e demandas, inclusive tendo em vista o desenho e a oferta de serviços financeiros para que correspondessem às necessidades e perfis da população local.

Com o apoio de parceiros, foram realizados em 2008 uma pesquisa amostral no território e o planejamento estratégico comunitário, chamado Plano Bem Maior, experiência que foi premiada⁸, revelando o quanto os processos de inclusão produtiva e desenvolvimento econômico estavam relacionados com outros aspectos da vida das famílias e das comunidades.

8 Prêmio ODM Brasil 2009. Planejamento Estratégico Comunitário - Plano Bem Maior. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/sobre/vencedores/3a-edicao-2009/planejamento-estrategico-comunitario-plano-bem-maior>.

O Plano Bem Maior abrangeu as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural, e até 2015 funcionava como balizador para as ações do Ateliê de Ideias no Território do Bem.

Tal constatação desafiava a instituição a conectar iniciativas e desenvolver um modelo de atuação que considerasse os processos de desenvolvimento local e de enfrentamento da pobreza.

Neste sentido, um conjunto articulado de iniciativas vinha sendo pensado e desenvolvido pelo Ateliê de Ideias no território, como parte de uma estratégia maior que envolvia diversos atores sociais e políticos engajados nas questões das comunidades.

Por exemplo, no âmbito dos serviços financeiros do Banco Bem, dialogavam as linhas de crédito para consumo, o crédito produtivo e o crédito habitacional, estabelecendo uma relação direta entre o atendimento de necessidades básicas como alimentação e vestuário, condições de moradia e capacidade empreendedora.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O Banco Bem tornou-se uma referência nacional de banco comunitário de desenvolvimento, sendo reconhecido pelo Banco Central brasileiro. No Território do Bem, atuava em 2015 como correspondente oficial da Cai-

xa Econômica Federal, funcionando como agência bancária, realizando pagamentos diversos, inclusive do Programa Bolsa Família, e permitindo a abertura de contas correntes simples isentas de encargos e contas-poupança.

Esse fato permitia ao Banco Bem promover a inclusão das famílias pobres do morro no sistema financeiro e bancário. Além de possibilitar ações de educação financeira no momento em que os clientes fossem estimulados a abrir uma conta-poupança e lá aplicarem pequenas quantias que sobravam das contas que foram pagas.

Em 2015, o banco praticava taxa de juros de 0,75% para o crédito habitacional. No crédito produtivo, a taxa variava de 0,75% a 1%, progressivamente aplicado a partir do segundo crédito, entendendo que o investimento inicial ampliaria a capacidade de produção e endividamento do empreendedor requerente. No crédito para consumo não incidia correção monetária.

O crédito habitacional ocupava um lugar importante nas estratégias de desenvolvimento local, inclusive percebido como influência decisiva para o desenvolvimento produtivo. O crédito estava disponível para construções e reformas de moradias. Segundo o Ateliê de Ideias, o crédito habitacional era o produto mais bem sucedido do banco, o mais demandado pela população e o que apresentava os menores índices de inadimplência.

SAIBA MAIS

A adequação da moradia, o bem-estar e a satisfação com a própria casa eram considerados pelas equipes do Banco Bem e do Ateliê de Ideias como fatores primordiais e condicionantes para o desenvolvimento das capacidades produtivas e empreendedoras.

Os usuários atendidos pelo crédito do banco, os chamados clientes, contavam com assessoria técnica para os projetos produtivos e de construção. A assistência técnica era prestada pelas equipes do Ateliê de Ideias, seja assistência para negócios, seja técnica construtiva.

No crédito produtivo, os temas de destaque para o assessoramento recebido eram a comercialização e a comunicação. Entre as iniciativas de assistência técnica produtiva oferecida aos comerciantes locais, destaca-se a consolidação de duas centrais de compras.

Reunidos em uma central de compras, comerciantes dessas localidades se organizavam para compras em grande quantidade, para negociação direta com fornecedores ou fabricantes. Isso lhes permitia adquirir produtos com preços menores e obter melhores condições para pagamento.

O resultado principal das compras coletivas foi a oferta de produtos para a comunidade com preços mais competitivos. Assim, os moradores realizavam suas compras no co-

mércio do próprio morro e não recorriam às grandes redes de supermercado. Dessa forma, um ciclo virtuoso de fortalecimento da economia local foi estabelecido.

Outro instrumento importante foi a Moeda Social Bem, criada para fortalecer o ciclo da economia local, promovendo maior circulação de mercadorias dentro do próprio território. Comerciantes credenciados ofereciam descontos em produtos e serviços adquiridos com “bens”, a moeda social, tornando-se vantajoso e atrativo para o consumidor final.

O Banco Bem praticava a conversão de reais em “bens” e vice-versa, a qualquer tempo. Ele também recebia pagamentos na moeda social e estimulava a colocação da moeda no mercado, oferecendo a conversão de pequenas quantias e trocos em “bens”. O crédito da modalidade consumo era oferecido unicamente em “bens”. O banco também assegurava que a quantidade de “bens” colocados no mercado seria equivalente à sua capacidade de conversão em reais.

Para o crédito habitacional era oferecida a assistência técnica construtiva, por meio da equipe de arquitetos do Núcleo Habitacional. A assistência consistia em visitas às residências dos solicitantes, diagnóstico das condições de moradia, elaboração de projetos e orçamentos de reformas, melhorias ou construções. A família recebia orientações e sugestões das soluções mais adequadas e dos materiais mais acessíveis.

Com o recurso do crédito liberado, a família executava a obra em um modelo de auto-construção assistida, por meio da gestão da obra com a assistência da equipe técnica.

SAIBA MAIS

O Núcleo Habitacional mantinha o Bem Morar, fábrica de tijolos ecológicos que eram comercializados e geravam recursos para a instituição. Os tijolos estavam também disponíveis para os serviços construtivos ligados ao crédito habitacional e para outros projetos habitacionais executados pela organização.

O sistema de crédito desenvolvido pelo Banco Bem adotava estratégias e instrumentos singulares para os processos de análise e aprovação do crédito. Entre eles estavam o Comitê de Crédito e o Fórum Bem Maior.

O processo iniciava-se com a análise de crédito. Ela era realizada pelos articuladores técnicos do banco, responsáveis também por fazer as articulações entre crédito, processos educativos e assistência técnica.

A intenção era que os articuladores técnicos fossem residentes do território, o que facilitava o acesso às diversas comunidades, às famílias demandantes dos serviços do banco e ainda como fator promotor de credibilidade e confiança.

SAIBA MAIS

Os articuladores técnicos foram capacitados pela assistência social do município para atuar também como entrevistadores do Cadastro Único. Assim, as famílias cadastradas puderam ter acesso a programas como Tarifa Social de Energia Elétrica e Bolsa Família, a depender do perfil de renda.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que pode ser utilizado por políticas e programas sociais para a seleção de beneficiários e mapeamento de carências e vulnerabilidades.

A análise de crédito era realizada preferencialmente na residência do demandante, onde se fazia um estudo das despesas e receitas da família. Porém, essa análise não determinava a aprovação ou o valor a ser contraído.

O momento de análise das receitas e despesas da família convertia-se em um processo de educação financeira para que o cliente potencial refletisse sobre sua renda mensal, suas prioridades e sua capacidade de endividamento. Como resultado desse processo, os valores do crédito eram definidos tendo como base a capacidade de pagamento da família.

Para prevenir a inadimplência, a equipe de articuladores técnicos do banco realizava consul-

tas com ao menos três vizinhos, referenciados pelo solicitante do crédito para a obtenção de uma garantia informal. As pessoas indicadas eram visitadas e informadas sobre o empréstimo solicitado pela pessoa que o referenciou. Nessas consultas eram levantados e percebidos aspectos que pudessem oferecer segurança ou demonstrar riscos para a operação.

SAIBA MAIS

A análise de crédito e da capacidade de endividamento da família não incluíam as convencionais consultas aos sistemas de proteção de crédito ou cadastro de devedores.

Para acessar o crédito do banco, o cliente tinha que atender aos seguintes critérios: morar há pelo menos um ano no território, indicar os vizinhos de referência e apresentar as contas mensalmente pagas pela família. Critérios de prioridade também foram adotados, sobretudo para o crédito habitacional, tais como situações de pobreza, precariedade e risco da moradia.

A aprovação do crédito era realizada pelo Comitê de Crédito, instância constituída para assegurar a imparcialidade e transparência na destinação dos recursos do banco. As reu-

niões do Comitê de Crédito aconteciam sempre que existia a disponibilidade de recursos para a concessão de empréstimos.

O Fórum Bem Maior, por sua vez, era o espaço elevado de decisão e prestação de contas. Era no Fórum que a comunidade tomava conhecimento e deliberava sobre recursos disponíveis para crédito e acompanhava os créditos concedidos, exercendo o controle social sobre as atividades do Banco Bem.

Cumprir mencionar a estratégia empregada pelo Fórum para que os clientes do crédito do banco se comprometessem perante a comunidade com a restituição do valor obtido no banco. Todo cliente que contratasse alguma modalidade de crédito do banco deveria ir ao Fórum, se apresentar, informar o motivo pelo qual solicitou o empréstimo e comprometer-se com os presentes que o valor tomado emprestado seria devidamente devolvido ao banco.

Após a liberação do crédito, o cliente era visitado pela equipe do banco para verificação da aplicação do recurso no objeto descrito no contrato. Em caso de descumprimento do objeto, o cliente era novamente convidado ao Fórum para justificativa pública.

Em 2015, o banco mantinha linhas de crédito habitacional, produtivo e de consumo. Contabilizava o volume de R\$ 1.351.335,02 oferecidos em créditos desde 2005, com 1.049⁹ famílias

⁹ Calango Notícias. O Território do Bem. Disponível em: <http://calangonoticias.com.br/o-territorio-do-bem/>.

atendidas (média de R\$ 1.288,00 por família). Somente o crédito produtivo registrava a marca de 296 empreendimentos apoiados até março de 2015, com R\$ 579.496,22 em créditos oferecidos com recursos do banco (média de R\$ 1.957,00 por empreendimento).

Em suma, o que se verifica em termos de capacidade de organização social no Território do Bem confirma a perspectiva do governo

brasileiro em apoiar a estruturação e a expansão de bancos comunitários em outras localidades do Brasil como poderosas ferramentas de desenvolvimento social e humano, com imensurável potencial transformador de realidades de pobreza e exclusão.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E AGRÁRIO**



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



WWP.ORG.BR